

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



JUVENTUDE (S) E DESEMPREGO ESTRUTURAL: UM RECORTE DE GÊNERO

Jakciane Simões dos Santos ¹

Janiele da Silva Monteiro ²

Jássira Simões dos Santos ³

Resumo: Neste artigo, procura-se analisar, de maneira sucinta, a relação entre o desemprego estrutural, juventude (s) e gênero. Para tanto, salienta-se a construção sócio-histórica da categoria juvenil e os impactos desta concepção na contemporaneidade, como também, faz-se um retrato das políticas públicas brasileiras destinadas a esse público nos últimos anos. Voltando-se para a análise do modo de produção capitalista, retrata-se a influência e os efeitos no concernente à inserção da juventude no mercado de trabalho no país. O desemprego estrutural como uma das expressões da questão social inerente à sociabilidade do capital impacta nas condições de vida da categoria juvenil, umas das parcelas da população que vem sendo crescentemente excluída do mundo do trabalho, conforme apontado por pesquisas e por alguns teóricos. Pesquisas apontam um maior número de jovens mulheres fora do mercado de trabalho em detrimento de uma menor fração de jovens do sexo masculino, o que nos faz atentar para as questões de gênero postas na sociedade do capital. Destarte, empregou-se como metodologia uma abordagem bibliográfica com ênfase nos autores Abramo (2008), Antunes (2009), Cisne (2012), Esteves e Abramovay (2007), Frigotto (2004); Pais (1990), Peralva (1997), Russo (2008), Saffioti (1987), Santos (2008); Silva; Silva (2011), Sposito; Carrano, (2003). Acerca dos resultados da presente pesquisa, enfatizamos que, apesar do progresso no que se refere à proteção social para o segmento juvenil, ainda há uma lacuna impedindo que direitos básicos como o “trabalho” sejam garantidos de forma eficaz, uma vez que as políticas sociais no país ainda são distributivas, regulatórias, focalizadas e pontuais.

Palavras-chave: Juventude (s). Desemprego estrutural. Gênero.

1 Introdução: “ser jovem” no Brasil: uma construção sócio-histórica

Para compreender de fato a categoria juvenil, é preciso permear a construção histórica desta, bem como de sua complexidade, que perpassa o sentido de uma dada fase da vida de um indivíduo.

¹ Acadêmica do 8º semestre do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: jaksimoes13@gmail.com.

² Acadêmica do 8º semestre do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: janielemonteiro51@gmail.com.

³ Acadêmica do 8º semestre do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: simoesjassira@gmail.com.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A Juventude passa a ser tematizada na sociedade brasileira entre os séculos XX e XXI, quando havia múltiplos olhares acerca do “ser jovem”, uma vez que todos os indivíduos adultos já passaram por esta faixa etária (ABRAMO, 2008).

Apesar de, no Brasil, a fase da juventude, assim como as outras fases da vida, ser caracterizada a partir do critério etário⁴, Peralva (1997, p. 15) ressalta que, “embora para o desenvolvimento do ser humano ser imprescindível a organização por faixa etária, o que de fato contribui para além de sua ‘naturalidade’ são os fenômenos sociais e históricos”.

O conceito de juventude, como uma categoria socialmente construída, é polêmico. São múltiplas as definições sobre a juventude no decorrer dos anos. Pais (1990, p. 139) corrobora com o exposto ao enfatizar:

Aliás, a emergência das teorias científicas é sempre de natureza paradoxal. E, como as teorias, também os conceitos são paradoxos, até no sentido em que se multiplicam para cobrirem aparentes unidades da realidade, como afinal acontece como veremos, com o conceito *de juventude*.

É imprescindível ressaltar a importância do percurso histórico sobre a categoria juvenil, a fim de perceber e refletir a multiplicidade de definições que envolvem a juventude na contemporaneidade.

Tomando como base a sociologia funcionalista⁵, percebe-se que a juventude está classificada em uma corrente geracional, bem como em uma perspectiva classista. A sociologia, para fundamentar a juventude, retrata-a, em seu pensamento geracional, como um conjunto social no qual indivíduos estão inseridos por conta de uma determinada faixa etária. Enquanto a corrente classista determina juventude da seguinte forma: as inúmeras culturas juvenis que tornam um grupo diversificado por questões sejam elas sociais, econômicas, políticas, entre outras.

Nesse sentido, Pais (1990, p.140) revela acerca das tendências acima citadas:

⁴ Segundo o Estatuto da Juventude (2013), são consideradas jovens, as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade.

⁵ Os teóricos funcionalistas compreendem a sociedade como um conjunto de fragmentos que tem funções específicas e contribuem para a sua estabilidade. Esta visão é, portanto sistêmica, observando quais os fatores que unem às diferentes partes que compõem a sociedade formando um grande sistema, como uma máquina e suas diferentes peças e engrenagens. O fundador desta teoria foi Émile Durkheim.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



- Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituída por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida», prevalecendo à busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida.

- Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc.

Em consonância com os estudos de Abramo (2008), é determinante o processo social, histórico e cultural pelo qual a categoria juvenil perpassou. Caracterizando-se assim por inúmeros significantes na história, a juventude pode ser denominada por aspectos culturais, de faixa etária, por variáveis geracionais, por movimentos juvenis, isto é, as “juventudes” possuem características próprias e diversificadas, não cabendo analisar suas especificidades de forma isolada, mas em sua totalidade.

Para Abramo (2008),

O jovem é visto como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da sociedade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura (p. 29).

A fim de alcançar os determinantes que permeiam a concepção histórica, é necessário frisar ainda que o tema juventude começa a ser pauta histórica e social a partir das demandas sociais que aparecem para esses indivíduos mediante análises entre faixas etárias, ou seja, o espaço de tempo existente no desenvolvimento de um sujeito entre a infância e a fase adulta.

Abramo (2008), em seus estudos, retrata que, nos anos de 1950, a condição juvenil era vista como uma categoria de delinquentes. Por estar em uma fase de mudanças, a sociedade via os jovens como os rebeldes sem causa, sendo reprimidos por meio de ações educativas e de controle com o objetivo de ressocialização da população juvenil.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Nos anos 1960 e 1970, a juventude se apresentou como transformadora social, pois, por não aceitar os regimes autoritários instalados na sociedade nessa época, organizaram-se em busca de mudanças no sistema capitalista, tornando-se uma afronta para a ordem social.

Esse retrato juvenil muda nos anos 1980, sendo configurada como uma categoria inerte aos processos históricos. Os jovens, portanto, passaram a ser vistos como consumistas, individualistas, desinteressados e antiquados, haja vista que se negavam a se inserir no sistema como categoria social inovadora.

Em meados da década de 1990, a tomada da consciência do que é “ser jovem” ainda é vista como apática, não obstante, chama a atenção para o engajamento da classe em pequenos grupos que traduzem ações individuais e coletivas.

Os anos 90 do século XX são marcados pela ideia dos jovens como vítimas de um sistema desregulado, ocorrendo, assim, uma fragmentação estrutural e uma desintegração social. Aspectos como: o envolvimento com a criminalidade, as drogas, os comportamentos antissociais definem esse processo da categoria no Brasil no decênio e são frutos de parâmetros da globalização, das desigualdades, do consumismo, do prazer como estilo de vida, da imediatividade e da violência.

Segundo Esteves e Abramovay (2007),

A realidade demonstra, no entanto, que não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Assim, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc (p. 21).

Para tanto, no concernente à juventude, o conjunto de pressupostos pré-estabelecidos ao longo das gerações definiram de forma radical não só a conceituação do jovem na história, mas também a inserção desses indivíduos nas sociedades capitalistas atuais.

No que se refere à definição juvenil e a condição da mesma, é notório perceber que “ainda que não haja apenas uma juventude, mas várias, a ideia da juventude relaciona-se às transformações, ela representa o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



das novas gerações” (Sposito; Carrano, 2003, p. 17), ou seja, a subjetividade juvenil deve estar atrelada às organizações e formações sociais de cada tempo para que seja compreendida.

2 Breves considerações acerca das políticas de atenção à juventude no Brasil

No campo das políticas públicas sociais, os jovens, em suas especificidades, passam a compor a agenda pública estatal brasileira e a ter relevância política em 2004. Isto não implica dizer que a juventude não era percebida anteriormente, porém, a partir dos anos 1990, este segmento passa a ser compreendido como sujeitos dotados de direitos (Sposito; Carrano, 2003, p.17).

É importante frisar que, como já assinalado, o jovem era tido e percebido como “problema” na sociedade e por isso era necessário ser combatido o seu envolvimento com as drogas e a delinquência. Para conter a desordem social em relação a esta categoria, fez-se necessária, então, a adoção de medidas de contenção.

Problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. (Sposito; Carrano, 2003. p. 21)

Dessa forma, em 2004, cria-se a Política Nacional de Juventude no Brasil, a qual se reporta para as políticas públicas de atenção à juventude, uma vez que só o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não permitia abrangência para o segmento juvenil.

Atendendo às demandas apresentadas pela sociedade civil organizada e pela Câmara de Deputados, a Secretaria-Geral da Presidência da República formou, nesse mesmo ano, um Grupo Interministerial constituído pela representação de 19 Ministérios. Esse grupo encarregou-se de realizar um estudo sobre os programas e projetos federais existentes e de identificar as necessidades sociais, econômicas e culturais dos jovens brasileiros, com o propósito de subsidiar os debates para a construção da Política e do Plano Nacional de Juventude (Silva; Silva, 2011, p. 668).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



No ano de 2005, cria-se a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão articulador e coordenador da política nacional; o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), responsável por formular e propor diretrizes de ação governamental para a juventude; e um programa que institui a inclusão do aspecto juvenil no cenário brasileiro, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

De 2008 a 2011, as conferências de juventude, em sua primeira e segunda edições, resultaram em resoluções e prioridades em relação às ações voltadas para a juventude em nível federal, estadual e municipal, bem como na aprovação do Estatuto da juventude, que se tornou marco legal para os jovens brasileiros em 2013.

Não obstante o cenário delineado, com visível atenção voltada para as políticas de atenção à juventude, Frigotto (2004) corrobora com a ideia de que as políticas sociais para o público juvenil, apesar dos progressos existentes na sociedade brasileira em função da proteção social destes indivíduos, não têm se mostrado eficazes, na medida em que funcionam de forma a manter vivo o sistema de exploração/dominação vigente. Segundo o autor, “o pior cenário possível, nesse momento, é a manutenção de políticas neoliberais, com a crescente mercantilização dos direitos sociais, a ruptura da proteção ao trabalho e a instalação de um mercado auto-regulado”.

É importante destacar ainda que o processo de expansão das políticas voltadas para o público juvenil acontece concomitantemente ao crescimento exponencial da questão social⁶, especialmente no século XXI. Assim, as ações, projetos e programas governamentais objetivam, mesmo que de maneira pontual, o enfrentamento aos problemas sociais que atingem a juventude brasileira.

Dentre as expressões da questão social que vêm atingindo a juventude na contemporaneidade, destaca-se o desemprego, cujas características estão intimamente relacionadas ao modo de produção capitalista e às suas estratégias de continuação de sua lógica acumulativa.

⁶ “a questão social pode ser percebida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



3 Desemprego estrutural e a exclusão dos jovens do mercado de trabalho

O desemprego é uma das centrais manifestações da questão social. No Brasil, ele toma a forma de desemprego estrutural no contexto do “fordismo à brasileira” ou da “industrialização pesada”, que, por sinal, teve características bem distintas do modelo de proteção social do *Welfare State* que ocorria nos países desenvolvidos⁷ (SANTOS, 2008).

Apesar disso, o desemprego torna-se crescente com a crise do modelo fordista de produção, pois diante das transformações no sistema do capital e, conseqüentemente, do avanço deste, designam-se mudanças estruturais, as quais se acometem para além da estrutura financeira, determinando alterações nas relações sociais. Tais mudanças afetam diretamente ou indiretamente a classe juvenil, independente da inserção deste indivíduo dentro da estrutura societária. Acerca dessas transformações, pontua Santos (2008):

Se são diferenciadas as estratégias e metas da flexibilização das relações de trabalho no caso brasileiro, também o são suas conseqüências sociais. Entre tais conseqüências, estando o desemprego mais particularmente em questão aqui, suas características embora se assemelhem mundialmente em aspectos centrais, adquirem dimensões absolutamente diferentes. Assim como tem ocorrido nos países cênicos, a flexibilidade das relações de trabalho que emerge na crise contemporânea do capitalismo tem elevado o índice de desemprego entre grupos que, até recentemente, estavam integrados ao padrão de desenvolvimento, comprometendo desse modo sua capacidade de reprodução social (p. 157-158).

Com o avanço da reestruturação produtiva (uma das saídas para a crise do capital iniciada nos anos 1970), acentuam-se a exploração, bem como as diversas materializações da questão social desenvolvidas pelo capitalismo, resultados da contradição existente entre capital e trabalho, atingindo assim todas as categoriais sociais, inclusive a juvenil.

Antunes (2009) assinala que esse processo implica no crescimento do desemprego estrutural:

⁷ “Isso conforma uma particularidade essencial, posto que ocorre no momento em que as forças produtivas do capitalismo brasileiro pareciam acompanhar a tendência mundial fordista. Só que ao invés de desenvolver-se sob um ambiente democrático, o ‘fordismo à brasileira’ é viabilizado pelo formato ditatorial encarnado pela ‘revolução burguesa’ tupiniquim. Ficam então obstruídas de se plasmarem tendências centrais do fordismo na estruturação do regime de trabalho, tais como as negociações coletivas e a decorrente estabilidade no emprego, assim como a transferência de índices de produtividade para os salários, além do processo de organização autônomo e reconhecimento social dos sindicatos” (SANTOS, 2008, p. 140).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (p. 17).

Para Antunes (2009), o mundo do trabalho tem passado por múltiplas alterações e, mediante este processo, há uma “crescente exclusão dos jovens como trabalhadores, uma vez que estes acabam por engrossar fileiras de movimentos neonazistas, sem perspectivas frente à sociedade do desemprego estrutural”. Ainda para o autor, estes aspectos ampliam o mercado de trabalho informal, bem como expande, de forma brusca, o exército de reserva industrial (p. 112).

Tal cenário impacta diretamente na categoria juvenil, o que reflete na diminuição dos postos de emprego estável, na precarização do trabalho, na flexibilidade das relações trabalhistas, na restrição de oportunidades de emprego, bem como no desemprego.

No que se refere ao desemprego no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou, em 2017, com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada (PNADc) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que o desemprego atinge todos os segmentos da sociedade, mas o recuo no concernente à “desocupação trabalhista” caracteriza-se em sua maior elevação em relação à categoria juvenil com faixa etária de 18 a 24 anos, com mais intensidade para indivíduos que concluíram apenas o ensino fundamental e o ensino médio, bem como para jovens do sexo feminino.

O problema do desemprego de jovens no Brasil é perceptível por meio das cifras reveladas na PNADc de 2017. Atualmente, a população juvenil, no Brasil, concentra-se em 48,5 milhões de jovens. Desta população, 23,0% não está inserida no mercado de trabalho, ou seja, 11,2 milhões de jovens não se encontram exercendo atividades laborativas.

Os dados apontam uma realidade acerca do desemprego juvenil definido por Antunes (2009) como uma das tendências contemporâneas do mundo do trabalho as quais não atingem somente países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, mas tem se mostrado presente também em países centrais, conforme assinalado a seguir:

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Quinta tendência: há uma exclusão enorme dos jovens [...] Os jovens são aqueles que terminam seus estudos, médios e superiores, e não têm espaço no mercado de trabalho. Os jovens europeus, os jovens norte-americanos e também os jovens brasileiros não mais têm garantido o seu espaço no mercado de trabalho. Na Europa, a garantia única é a certeza do desemprego. Algo que já caracteriza também o nosso mercado de trabalho (p. 201).

Ainda sobre a análise dos dados, cabe salientar que a desigualdade apresentada nos percentuais no que se refere às mulheres em detrimento da inserção dos homens no mercado de trabalho, revela que 28,7% das jovens participantes da pesquisa não estavam ocupadas, enquanto 17,4% dos homens estavam na categoria desempregados.

4 Desemprego de jovens a partir de um recorte de gênero

Tomando-se como base as desigualdades de gênero existentes na sociedade e os seus significativos impactos nas relações sociais, entende-se que, apesar da intensificação da entrada das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, os dados mostram ainda um maior nível de desocupação de jovens do sexo feminino em comparação aos do sexo masculino.

Cabe, nesse momento o esforço em busca de justificativas para a realidade apontada pelos dados. Acredita-se que as desigualdades permeadas no mundo do trabalho entre homens e mulheres e, neste caso específico, as desigualdades entre jovens do sexo feminino e jovens do sexo masculino em relação à sua força de trabalho, advêm de um contexto histórico e social pautado no patriarcado e nas relações sociais desiguais de gênero.

É notável que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade brasileira. “A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo” (SAFFIOTI, 1987, p.8).

Segundo Saffioti (1987), a sociedade é responsável por delimitar os campos em que podem operar os homens e as mulheres. Tradicionalmente, é atribuída à mulher a responsabilidade de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, sendo esta submissa,

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



subordinada e oprimida pelo homem. Essas atribuições são construídas socialmente e tidas como naturais e determinadas biologicamente.

Para Cisne (2012), a divisão sexual do trabalho, a partir da naturalização dos papéis eminentemente femininos, é resultado de um sistema patriarcal capitalista e representa importante papel na manutenção e reprodução desse sistema. Com efeito,

A divisão sexual é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Essa divisão segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos (p. 109).

É, pois, na sociedade patriarcal capitalista que as mulheres são ensinadas, desde crianças, a cuidar, acolher, educar, acalmar e servir, sendo elas as responsáveis pelo bem-estar da família, cabendo-lhes, ainda, as tarefas consideradas menos importantes (RUSSO et al., 2008).

A partir das relações sociais, os homens e as mulheres irão determinar sua forma de ser, de agir e pensar, determinando assim, a ideologia e o modo de produção e reprodução da sociedade (RUSSO et al., 2008).

Cabe sinalizar ainda que o fenômeno do desemprego estrutural, aquele que atinge de forma considerável os jovens e, sobretudo, uma parcela significativa de mulheres jovens, pode ser compreendido como consequência dos desajustamentos inerentes à sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo, presume-se que a distinção entre homens e mulheres em relação ao número de desempregados, conforme apontado pela pesquisa, relaciona-se com uma cultura a qual visa assegurar a permanência das mulheres no âmbito privado.

Acerca disso, pontua Cisne (2012): “[...] há a cultura sexista de passivização e de adequação das mulheres aos limites do privado, como se o público e todas as questões que o envolvem pertencessem aos homens, como historicamente foi determinado” (p. 115).

Segundo a autora (2012, p.85), existe uma “falsa ideia de que as mulheres já atingiram um patamar de igualdade com os homens, já se libertaram, adquiriram independência”. Na verdade, as mulheres conseguiram adentrar no universo antes considerado majoritariamente masculino, mas, mesmo assim, não conseguiram alcançar um patamar de

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



igualdade. Isto pode ser nitidamente percebido através da diferenciação de salários entre a figura feminina e a masculina, quando ocupam uma mesma função no mercado de trabalho ou, como mostram os dados supracitados, com a menor incidência de mulheres jovens inseridas no mundo do trabalho.

5 Considerações finais

A (s) juventude (s) é uma categoria socialmente construída e perpassada por uma pluralidade de concepções na literatura acadêmica brasileira. No entanto, parte-se do pressuposto de que a maneira mais oportuna de analisar tal categoria é sob o viés de que não há apenas uma juventude. Portanto, torna-se necessário compreendê-la a partir de suas formações sociais, particularidades de cada grupo e subjetividades.

Na contemporaneidade, são inúmeras as refrações da questão social que merecem atenção e cuidados. Por isso, tem-se, a partir dos anos 2000, uma maior ênfase por parte do Estado brasileiro na concepção de políticas públicas juvenis. Destacam-se aqui as ações, projetos e programas criados durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a partir da Política Nacional de Juventude.

Entretanto, apesar dos avanços que marcaram o início do século XXI, as políticas voltadas ao segmento juvenil podem ser caracterizadas como pontuais, fragmentadas e focalizadas. Objetivam, portanto, a manutenção da ordem social e o combate ao risco social sob uma visão limitada e estigmatizada acerca dos jovens como delinquentes.

Apesar da ideia propagada após a Constituição Federal de 1988 dos jovens como sujeitos de direito, ainda são múltiplas as expressões da questão social que os assolam. Pode-se destacar o analfabetismo, a violência, a pobreza, a criminalidade, sobretudo o desemprego, uma expressão central da questão social.

O desemprego vem se expandindo como consequência das transformações ocorridas no contexto da crise que teve início na década de 1970. Estas emanam alterações no capitalismo, tais como a reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo, o que condensa, de certa forma, a garantia à manutenção e reprodução do sistema.

Constatou-se, a partir da análise dos dados apresentados nesta pesquisa, que há uma crescente exclusão dos jovens do mundo do trabalho, o que não vem se mostrando apenas

<p>VI seminário CETROS CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL desafios para a classe trabalhadora</p>	
<p>22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE (Auditório Central - Campus do Itaperi)</p>	
<p>ISSN: 2446-8126</p>	

como uma realidade nacional, mas mundial. Os dados revelaram ainda a existência de um maior número de jovens do sexo feminino fora do mercado de trabalho. Presume-se que tal realidade tenha relação com o sistema patriarcal capitalista no qual vivemos.

Diante do exposto, faz-se necessária a ampliação dos conhecimentos em relação ao tema aqui debatido para a intervenção na realidade social imposta na sociedade brasileira à categoria juvenil, compreendendo que as determinações sociais afetam diretamente a subjetividade dos sujeitos, bem como suas relações.

6 Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação. Maio/jun/Ago, 1997. n° 5. Set/Out/Nov/Dez, 1997. n° 6. p. 25-36.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: _____;BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-71.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada, 2017 - Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, 2017.

CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: _____ (orgs). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. 1. ed. Col. Educação para todos: Unesco, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-215.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise social*. Vol. XXV. 1990. p. 139-165.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, 5/6, p. 15-17, 1997.

RUSSO, Gláucia; CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na assistência social. *Revista Ser Social, Brasília*, v.10, n.22.p.129-159, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: moderna, 1987.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro. 2008. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Roseli Sodré; SILVA, Vini Rabassa. Política Nacional de Juventude: Trajetória e desafios. *Caderno CRH*, 24 (63). 2011, p. 663-678.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. 2003. p. 16-39. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.